

EUA e Brasil rumo à Alca (1)*

*Mario Garnero e C. Fred Bergsten***

Na seqüência do pior ataque terrorista da História, manifestaram-se em todo o mundo apreensões quanto à maneira como a economia global reagirá diante daqueles atos iníquos. Fala-se até de uma "nova ordem internacional" em que considerações políticas e de segurança seriam recolocadas em primeiro lugar na agenda internacional - como nitidamente ocorreu durante a guerra fria. Iniciativas econômicas e comerciais, da Área Livre de Comércio das Américas (Alca) às rodadas de liberalização da Organização de Comércio Mundial (OMC), do Banco Mundial às reuniões do FMI, seriam obstruídas; algumas, paralisadas.

De acordo com essas terríveis previsões, o fluxo de investimentos internacionais seria drasticamente reduzido, devido à perda de ímpeto dos projetos de integração econômica regional. Não podemos permitir que essas sombrias previsões prevaleçam. É importante que o Brasil e os Estados Unidos não desistam de sua liderança com vista à discussão da configuração da Alca.

Os dois países não podem perder o pique em sua agenda de "integração comercial" do Hemisfério. A integração comercial compreende, obviamente, negociações que apontam para a criação da Alca. Neste ponto, o processo de negociação oficial mostra que o Brasil tem, por assim dizer, uma "visão operacionalmente diferente" da, por exemplo, dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos são da opinião de que o livre comércio é uma força motriz tão positiva para as economias que seus benefícios serão sentidos imediatamente, assim que se estabelecer a área de livre comércio. O Brasil, por outro lado, tem defendido uma "abordagem modular". Isso equivale a dizer que o Brasil queria ver consolidados o Mercosul e seus membros, bem como outras experiências de integração regional, antes de tentarmos a empresa mais ousada de promover o livre comércio hemisférico de alto a baixo.

Seguimos de perto as primeiras rodadas das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, em seu desenvolvimento desde que o presidente George W. Bush tomou posse em janeiro último. A nossa impressão é que, às vezes, em lugar de tirar partido das muitas oportunidades que surgem no trato com a maior economia do mundo, o Brasil se encontra dividido por falsos antagonismos.

Aos olhos do público brasileiro, as relações bilaterais com os Estados Unidos continuam a ser em grande medida confundidas com o futuro da Alca. As iniciativas do Mercosul e da Alca são apresentadas como se fossem mutuamente excludentes.

Mais do que destino ou opção, parece-nos que estabelecer relações econômicas mais estreitas com os Estados Unidos e alcançar progressos na agenda da Alca constituem, acima de tudo, uma oportunidade extraordinária para o Brasil.

Muitos já chegaram a essa conclusão e estão prontos a tirar proveito dessas possibilidades. A sociedade civil americana, por exemplo, por intermédio do Conselho de Relações Exteriores (CRE), um "think-tank" independente com sede em Nova York, apresentou recentemente uma importante reflexão, num memorando dirigido ao presidente Bush, sobre a importância de colocar as relações Brasil-Estados Unidos num novo e mais alto patamar. Num texto assinado por alguns dos mais eminentes nomes de empresas e universidades americanas, a análise não se fundamenta nas tradicionais considerações sobre a população, o território e o potencial do Brasil para o futuro. O memorando enfatiza que o Brasil é hoje um importante protagonista.

O PIB brasileiro é o dobro do da Rússia ou da Índia e, em termos de equivalência do poder de compra - estimado em cerca de US\$ 1 trilhão -, o Brasil é a quinta maior economia do mundo. E é importante destacar que os índices anuais de inflação de um dígito durante os últimos seis anos colocam o Brasil nos mesmos níveis médios de estabilidade monetária dos países da OCDE. Ao entrarmos no novo milênio, há cinco vezes mais

investimentos dos Estados Unidos no Brasil do que na China. No ano 2000, o item número um da pauta de exportações do Brasil foram os aviões, com vendas no montante de cerca de US\$ 4 bilhões. O Brasil é o segundo maior mercado do mundo em telefones celulares e aparelhos de fax; o quinto em CDs; e 40% dos internautas na América Latina são do Brasil - o dobro do México. São números que claramente consolidam o Brasil como líder da "nova economia" na América Latina.

A leitura desse memorando deixa a impressão de que, no que diz respeito às oportunidades da "nova economia brasileira", os Estados Unidos estão entorpecidos, especialmente quando comparados com a Europa. A falta de uma presença empresarial americana mais forte fez a Espanha alcançar os Estados Unidos como líder em investimentos estrangeiros na economia brasileira. Os Estados Unidos, por exemplo, perderam a chance competir quando da definição dos padrões técnicos para a última geração de telefones celulares no Brasil, e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) optou pelo sistema europeu, o que resultou em perda de competitividade para as empresas de telefonia e equipamentos norte-americanas. Em suma, o Brasil é um vibrante parceiro econômico e, portanto, tem um papel-chave nas negociações visando à integração hemisférica. Quando se trata do modo como os Estados Unidos se devem relacionar com a América Latina, "o Brasil é o fulcro".

Achamos que é hora de o Brasil fazer a sua parte por conta própria, e repensar sua parceria estratégica com os Estados Unidos. Esse é o exercício que o Fórum das Américas - uma ONG brasileira - está realizando com o apoio do Instituto de Economia Internacional e a participação da comunidade empresarial, de estudiosos e de organizações não-governamentais. Um desses esforços terá a forma de uma conferência que faremos em São Paulo nos dias 22 e 23 de outubro, intitulada Riscos e Oportunidades - A Nova Economia Global e a Alça.

* Este artigo foi originalmente publicado em O Estado de S. Paulo, 10.10.2001.

** Mario Garnero é presidente do Fórum das Américas e do Grupo Brasilinvest; C. Fred Bergsten é diretor do Instituto de Economia Internacional de Washington.